



ANÁLISE PRELIMINAR DO IMPACTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PELA ÓTICA DE PROFESSORES DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL EM PARINTINS NO BAIXO AMAZONAS¹

Beatriz Souza de Sena dos Santos²
Denilson Diniz Pereira³

Resumo

A partir da contemporaneidade a Educação Especial ganha destaque acarretando mudança de paradigmas no que concerne o processo de inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular, fortalecendo a formação dos professores e criando uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde a partir do período pandêmico que o mundo vivenciou com a COVID-19. Este Trabalho de Conclusão de Curso, origina-se a partir de um problema que atingiu diretamente questões histórico-sociais, no âmbito das escolas públicas do município de Parintins no Baixo Amazonas, por meio de observações, conversas e diálogos informais com os professores de Salas de Recursos Multifuncionais. Realizou-se um levantamento bibliográfico das legislações e marcos importantes para o campo da Educação Especial, dando destaque ao Atendimento Educacional Especializados (AEE) em SRM e os impactados da COVID-19 nas mesmas, baseado nos autores Diniz (2021 e 2022), Marquezini, Tanaka, Busto (2013), Soares e Carvalho (2012), Figueira (2016). Os resultados apontam para a importância do AEE na SRM para o acompanhamento adequado dos alunos que necessitam, apontando a relevância desse atendimento em período pandêmico.

Palavras-Chaves: Pandemia, Educação Especial, Sala de Recurso Multifuncional.

PRELIMINARY ANALYSIS OF THE IMPACTS OF THE PANDEMIC ON SPECIAL EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF TEACHERS IN THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM IN PARINTINS IN LOW AMAZONAS

Abstract

From the contemporaneity, Special Education gains prominence, leading to a change of paradigms regarding the true inclusion process and guaranteeing the learning of all students in regular school, strengthening the training of teachers and creating a support network among students, teachers, school managers, families and health professionals from the pandemic period that the world experienced with COVID-19. This Course Completion Work originates from a problem that directly affected historical and social issues, within the scope of public schools in the municipality of Parintins in the Lower Amazon, through observations, conversations, and informal dialogues with teachers from Salas of Multifunctional Resources. A bibliographical survey was carried out of the legislation and important milestones for the field of Special Education, highlighting the Specialized Educational Service (AEE) in SRM and the impacts of COVID-19 on them, based on the authors Diniz (2021 and 2022), Marquezini, Tanaka, Bust (2013), Soares and Carvalho (2012), Figueira (2016). The results point to the importance

¹ Artigo recebido em 11/02/2023. Avaliação em 03/09/2023. Aprovado em 30/10/2023. Publicado em 03/11/2023.

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ da Universidade Federal do Amazonas - UFAM;

³Professor orientador, Doutor em Educação, Professor do curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, denilsondiniz@ufam.edu.br

of AEE in the SRM for the adequate monitoring of students in need, pointing to the relevance of this service in a pandemic period.

Keywords: Pandemic, Special Education, Multipurpose Resource Room.

ANÁLISIS PRELIMINAR DEL IMPACTO DE LA PANDEMIA EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS DOCENTES DE LA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONALES DE PARINTINS EN LA BAJA AMAZONAS

Resumen

A partir de la contemporaneidad, la Educación Especial gana protagonismo, propiciando un cambio de paradigmas en cuanto al verdadero proceso de inclusión y garantizando el aprendizaje de todos los alumnos de la escuela regular, fortaleciendo la formación de los docentes y creando una red de apoyo entre alumnos, docentes, directivos escolares, familias y profesionales de la salud del periodo de pandemia que vivió el mundo con el COVID-19. Este Trabajo de Finalización de Curso se origina a partir de una problemática que afectó directamente cuestiones históricas y sociales, en el ámbito de las escuelas públicas del municipio de Parintins en el Bajo Amazonas, a través de observaciones, conversaciones y diálogos informales con docentes de Salas de Recursos Multifuncionales. Se realizó un levantamiento bibliográfico de la legislación e hitos importantes para el campo de la Educación Especial, destacando el Servicio Educativo Especializado (AEE) en SRM y los impactos del COVID-19 en ellos, con base en los autores Diniz (2021 y 2022), Marquezini, Tanaka, Busto (2013), Soares y Carvalho (2012), Figueira (2016). Los resultados apuntan para la importancia de AEE en el SRM para el seguimiento adecuado de los estudiantes en necesidad, apuntando a la relevancia de este servicio en un período de pandemia.

Palabras clave: Pandemia, Educación Especial, Sala de Recursos Multifuncionales.

Introdução

“Só se vê bem com o coração, o essencial é invisível aos olhos.” (ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY)

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) discorre acerca da experiência pessoal que se teve com o auxílio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas), que busca promover uma ênfase científica aos acadêmicos em formação. O respectivo PIBIC tinha como temática o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e o papel dos professores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação especial. De modo que esta vivência despertou na pesquisadora interesse significativo para um estudo mais aprofundado na área da educação especial durante o período pandêmico da Covid-19.

Com isso, o trabalho analisou os desafios e possibilidades na atuação de professores que trabalham com alunos com deficiência e os impactos da pandemia no processo que subsidiam a compreensão das concepções e práticas pedagógicas no âmbito educativo no Baixo Amazonas. Assim, este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográficas em livros, periódicos, teses e pesquisa de campo no referido Centro Educacional Infantil Jaime Lobato no Município de Parintins-Am, trazendo um breve resumo do contexto histórico da Covid-19 na região e uma revisão bibliográfica sobre a Política Educacional na Educação Inclusiva – PEEI,

o Atendimento Educacional Especializado – AEE, Sala de Recurso Multifuncional – SRM e a visão do professor que atua neste espaço em período pandêmico.

Em 2020, com o início da pandemia por COVID-19, o mundo precisou adaptar-se a um novo modo de viver, necessitando de criação e adoção imediata de protocolos de distanciamento social e de higiene. Crianças e adolescentes passaram a estudar à distância, o que evidenciou mais ainda as fragilidades da educação amazônica e brasileira, quando nos deparamos com a modalidade de ensino remoto, visto que este não contempla todos na região amazônica tendo em vista o amplo território. Além da falta de ferramentas como a internet, celular, notebook, rádio entre outros, elementos que permitem ao aluno acompanhar as aulas remotas, e em relação a clientela da educação especial, percebeu-se que foi e é a mais fragilizada diante de tal problemática (DINIZ, 2022).

Dentro desse contexto pandêmico na área da educação especial, deu-se enfoque em querer conhecer sobre o AEE, nesse módulo de ensino remoto sobre a ótica dos professores da SRM. Assim, este trabalho buscou respostas às interpelações que substanciarão a análise, demonstrando a necessidade de um estudo aprofundado sobre a temática com base em autores como Diniz (2021 e 2022), Marquezini, Tanaka, Busto (2013), Soares e Carvalho (2012), Figueira (2016), entre outros. Norteadada pela questão que se põe a esta pesquisa que é procurar saber: em que sentido as mudanças no processo de ensino provocado pela pandemia alterou o aprendizado desses alunos?

Tendo em vista que a pandemia ressignificou a sociedade e trouxe consequências para a educação, nunca idealizadas. A perda de pessoas, o afastamento compulsório e o isolamento social, contribuíram para a desestruturação do sistema regular e presencial de ensino, direcionando a escola para uma situação emergencial na medida em que afastou os alunos das aulas presenciais. O sistema educacional, surpreendido, demorou um pouco para reagir diante das necessidades de adaptação das escolas, dos professores e alunos.

É nesse contexto que começamos a perceber que atualmente se fez necessário repensarmos a educação e seus processos, pois como afirma Freire (1983, p. 30), “o homem está no mundo e com o mundo”. Isso implica dizer que a suspensão das atividades letivas presenciais impôs aos gestores, professores e alunos, o desafio de adequar-se a uma realidade, obrigando-os a um novo modelo educacional, sustentado pelas tecnologias digitais e pautado nas metodologias da educação online.

Deste modo, acredita-se que repensar a noção do processo de ensino e aprendizagem, levantando questionamentos sobre as transformações provocadas na educação de alunos que

necessitam de atendimento especializado à luz das desigualdades que o ensino remoto tem provocado nesses educandos em comparação ao ensino presencial, extravasa a questão da educação ganhando novo indicador teórico, permitindo estudos de abordagem qualitativa com delineamento exploratório, analisados pelas múltiplas dimensões da pesquisa em educação, buscando compreender o sentido de ser aluno da educação especial e verificando, dessa forma, o impacto da COVID-19 contida nesta modalidade de ensino. Assim, o estudo sobre as mudanças provocadas pela pandemia na educação inclusiva é indispensável para compreendermos o ensino no Baixo Amazonas.

Sendo assim, o presente trabalho vem com o intuito de assumir um significado relevante no cenário educacional inclusivo no município de Parintins no Baixo Amazonas, com ênfase em explicitar como foi o planejamento das propostas de AEE e destacar a visão dos professores em todo esse processo sem precedentes, que impôs drásticas mudanças na maneira de pensarmos em acesso e permanência do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino regular em tempos de pandemia e isolamento social.

Remando nos trajetos da pesquisa

“Como em todas as coisas deste mundo, e certamente de todos os outros, o juízo dependerá do ponto de vista do observador.”
(SARAMAGO, 2000)

A pesquisa está fundamentada em uma abordagem qualitativa, pois utiliza como fonte de estudo o ambiente natural, sendo que os envolvidos participam ativamente desse processo de construção do conhecimento. Têm-se por finalidade aprender e interpretar os significados existentes no ambiente e a pesquisadora torna-se o principal instrumento. Segundo Oliveira, (2012, p. 59), “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar com profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas e questões abertas, sem a mensuração qualitativa de características ou comportamento”.

A abordagem epistemológica da pesquisa foi fenomenológica, pois buscou a compreensão do fenômeno a ser interrogado, não se preocupando com explicações e generalizações (GIL, 2008) e o método fenomenológico é essencialmente descritivo, ou seja, tem como finalidade a descrição do fenômeno em si, tal como ele se apresenta, sem reduzi-lo a algo que não aparece Segundo Gil (2008, p. 14, “a fenomenologia parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas [...] assim, a pesquisa desenvolvida sobre o enfoque

fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado”.

Inicialmente selecionei uma escola no município de Parintins-AM que possuía a SRM. Os sujeitos desta pesquisa estão diretamente envolvidos no campo e no contexto na qual a pesquisa foi desenvolvida e fez parte dela os professores da SRM que desenvolvem o AEE e os alunos que necessitam desse atendimento, que deverão participar voluntariamente pesquisa.

A presente pesquisa foi utilizada como instrumentos de coleta de dados a observação, para levantar possíveis dados que possam influenciar positiva ou negativamente no processo de ensino e aprendizagem do referido estabelecimento. A partir da observação iniciará a fase de entrevista semiestruturada advindas de um roteiro de perguntas preexistente. Para Manzini (1991, p. 154), “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

As entrevistas foram gravadas com os professores da SRM na Escola, em mídia digital para posterior transcrição das falas. Feito isso, foram apresentado o material aos entrevistados para fazer a conferência de acordo com a gravação realizada no primeiro momento. Esse procedimento se faz necessário para darmos maior credibilidade aos dados qualitativos, evitando que contenha concepções subjetivas do pesquisador (SZYMANSKY, 2011). A partir daí, se deu a assinatura do TLCE.

Contextualizando a pandemia de covid-19: crônica de uma crise anunciada

A Covid-19 (SARS-CoV-2) teve início em dezembro de 2019 em Wuhan na China, quando foi diagnosticado o primeiro caso, a qual se tornaria o epicentro da pandemia que rapidamente de propagou pelo mundo. Brito (*org.* 2020) ressalta que por ser uma doença respiratória aguda, a Covid-19 (SARS-CoV-2) se propaga por pequenas gotículas, secreções respiratórias e contato direto com a pessoa infectada. Nesta perspectiva, se evidencia a capacidade de propagação que o vírus tem para infectar rapidamente as pessoas, o que se comprovou ao longo da pandemia. Desde o primeiro caso confirmado do vírus no dia 26 de fevereiro de 2020 no estado de São Paulo, o Brasil vem acumulando em dois anos mais de 30 milhões de casos confirmados e cerca de 662 mil óbitos registrados.

Com o avanço do vírus da Covid-19 o mundo enfrentou dias difíceis e imagináveis para a história da humanidade. O que desencadeou um grande risco a vida para todas as categorias inclusive para as pessoas com deficiência, resultando assim em um isolamento social e

fechamento das escolas, evidenciando ainda mais as fragilidades sociais, culturais, econômicos e políticos.

O isolamento social foi umas das medidas adotadas pelos Países para conter o avanço da Covid-19. No Brasil não foi diferente, os estados e municípios adotaram o isolamento social com medida de prevenção do contágio às pessoas, assim as atividades consideradas não essenciais foram paralisadas, e a educação foi uma delas.

Referente a isto, o Governo Federal publicou em 17 de março de 2020, a Portaria N.º 343 do Ministério da Educação (MEC), que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por meios digitais (BRASIL, 2020a). Em seguida, já em 1º de abril de 2020 o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória nº 934 que estabeleceu as normas excepcionais sobre o ano letivo em todos os níveis, decorrentes das medidas para o enfrentamento da pandemia, (BRASIL, 2020b).

O Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou em 28 de abril de 2020 o parecer N.º 05/2020, que dispõem sobre a reorganização do calendário escolar com a possibilidade de realização de atividades não presenciais com a finalidade de se executar a carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020c). A partir destes documentos as Secretarias de Educação passaram a implementar medidas para a adequação de suas realidades.

A partir de então foi necessário adotar estratégias de ensino, e o Ensino Remoto Emergencial foi instaurado para tentar minimizar os efeitos do isolamento social no que se refere ao ano letivo. Assim, o ensino remoto fez-se de suma importância no cenário pandêmico, visto que uma vez negado o acesso ao ensino regular como quebrar as barreiras impostas para a educação especial. Ressalta-se que o ensino remoto tem suas limitações e em situação nenhuma pode vir a ser substitutivo ao ensino presencial.

Por certo, o ensino remoto demonstra que muitos foram os desafios enfrentados pelos professores e alunos, se intensificando essa barreira para os alunos com deficiência, uma vez que de acordo a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, assim como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de nº 13.146/2015, segundo o art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Desta forma, entende-se que os alunos com deficiência não podem ser excluídos do âmbito escolar, garantido pelo direito à educação supracitado, uma educação esta que se

evidencie em todos os processos e desenvolvam suas habilidades para a vida diária com os educandos.

Pandemia de COVID-19 em Parintins no Baixo Amazonas: e agora, maninho?

Assim sendo, no município de Parintins-AM não foi diferente, com o avanço da pandemia a Secretária de Educação teve que se adequar as medidas de segurança para o ensino. O que se evidenciou a partir da primeira vítima fatal do COVID-19 no estado do Amazonas, confirmada no dia 13 de março de 2020, levando assim a implantação de medida de segurança segundo o Decreto nº 42061 (AMAZONAS, 2020), o qual tornou-se de emergência na saúde pública as medidas de segurança e o isolamento social, resultando assim no fechamento das instituições, deixando apenas as essências com funcionamento restrito as medidas de segurança para evitar a contaminação pelo Covid-19.

Em decorrência dos fatos, a prefeitura de Parintins implantou o Decreto nº 014/2020 (Parintins, 2020), no qual determina o isolamento social e a suspensão das atividades não essenciais como forma de prevenção a propagação do vírus da Covid-19 no município, o que acarretaria o fechamento das escolas.

Posto isto, ressalta-se as leis que a prefeitura de Parintins se baseou para dá continuidade à educação, a partir da implantação do ensino remoto em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 (BRASIL, 1996), Art. 32 §4º o qual permite que o ensino a distância em situações atípicas, e o posteriormente o Art. 35 §8º o qual aborda o ensino para quaisquer modalidade à distância e a Lei 9394/96, Art. 80 no qual apresenta o Poder Público como incentivador ao desenvolvimento e aliar programas de ensino a distância, abarcando todos os níveis e modalidades de ensino e que estariam em acordo com a resolução 20/2020 (AMAZONAS, 2020), o qual determina aulas a distância como prevenção e para evitar a contágio pelo vírus da Covid-19.

Em virtude dos fatos mencionados anteriormente, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município de Parintins-Am apresenta o projeto que viabilizou o ensino a distância nas escolas do município com base em uma consulta ao Conselho Municipal de Educação (CME). O projeto *“Aprendendo em casa pelas ondas do rádio”* teve como público alvo os alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Parintins-Am, ofertando aulas através do rádio e materiais impressos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, materiais estes que eram disponibilizados pelos professores de cada turma quinzenalmente, distribuídos nas referidas instituições de ensino, e às vezes pelos próprios professores, que se deslocavam para as residências dos alunos para a entrega dos conteúdos de ensino.

Contudo, fica evidente que o projeto foi baseado pela necessidade da maioria dos alunos da rede de Educação do Município de Parintins-Am, confirmando a falta de inclusão dos alunos com deficiência. Segundo BRASIL/SEESP-MEC (1994), vê-se que a educação inclusiva compreende em um ensino regular que transformem o espaço escolar para o acesso e permanência de todas os alunos, garantindo assim o direito a uma educação alicerçada por três princípios: integração, individualização e normalização.

Além disso, as instituições de ensino do município de Parintins-Am optaram por utilizar o app WhatsApp, com o intuito de fornecer e facilitar o ensino aos seus educandos. Com o auxílio de grupos criados pela plataforma, onde o professor ficaria disponível para as orientações e explicação de conteúdos nos referidos horários que o aluno estaria em aula em período regular. Os grupos em questão eram feitos por turma e neles participaria todos os professores e alunos da classe. Quanto a Educação Infantil, destaca-se a participação dos pais, para serem orientados e, por conseguinte, repassar as orientações das atividades propostas para os alunos.

Outro fator que se evidenciou foi a falta de capacitação que os professores e intuições de ensino do município de Parintins-Am não tinham para usar as TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação), para o processo de ensino e aprendizagem. Essa ausência de formação continuada dos professores resultou na desvalorização e por que não dizer exclusão dos alunos com deficiência pela negação da capacidade dos alunos conseguirem acompanhar aulas nesse modelo de ensino implantado?

Segundo Carvalho (2019), as barreiras que a desqualificação, resultado da desinformação a respeito das habilidades dos alunos com deficiência, só enfatizam ainda mais as limitações no processo de ensino inclusivo dos alunos. Uma vez que:

As barreiras para a aprendizagem não existem, apenas, porque as pessoas sejam deficientes ou com distúrbios de aprendizagem, mas decorrem das expectativas do grupo em relação às suas potencialidades e das relações dos aprendizes e os recursos humanos e materiais, socialmente disponíveis, para atender às suas necessidades. (CARVALHO, 2019, p. 41).

Ainda convém lembrar que o autor ressalta a importância da aprendizagem dos alunos com deficiência sendo ligada pela forma como o professor percebe este aluno, e respectivamente nos meios que utiliza para o processo de ensino/aprendizagem através das adequações em seus métodos de ensino, assim resultando em metodologias satisfatórias para desenvolvimentos das habilidades dos discentes. Dessa forma, quando o professor não realiza julgamentos incorretos aos seus alunos estará quebrando barreiras em sua própria prática docente resultando ao não fracasso.

Esse processo de ensino remoto se deu até os meados do mês de setembro do ano de 2020, quando as aulas passaram ao modelo de ensino híbrido. Essa modalidade teve como intuito amenizar os paradigmas que a o ensino remoto apresentou. Visto que a partir desse novo modelo de ensino os professores poderiam ter o contato professor/aluno, respeitando todas as normas de higiene contra a propagação do vírus, o que de certa forma amenizaria a falta do acampamento regular do professor com o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

O ensino híbrido, segundo Horn (2015), está baseado em competências e centrada no aluno, buscando desenvolver um sentimento de atuação e propriedade no processo construção do seu aprendizado. Pondera que o ensino híbrido permite ao aluno tanto avançar quanto retroceder em conteúdos estudados no qual o educando domine ou não o mesmo.

Para Silva (2017), o ensino híbrido vai além:

O método de ensino híbrido potencializa as especificidades positivas dos envolvidos e, desse modo, o aluno estará mais motivado para ser ativo em seu processo individual de aprendizagem. Por outro lado, com alunos mais participativos e envolvidos no processo, o professor estará mais livre para refletir sobre suas práticas e aprimorá-las, cada vez mais a fim de que de fato possam apresentar resultados satisfatórios (p. 2).

Para o autor, esse tipo de ensino possibilita ao aluno ser um participante ativo no processo de ensino/aprendizagem. Visto que, quando há essa troca professor e aluno o processo de aprendizagem se torna mais enriquecedor, o que faz com que o docente esteja mais atento a suas práticas e assim aprimorá-las para melhores resultados.

O ensino híbrido, geralmente, é dividido em duas partes: online em que o aluno tem acesso as aulas através da internet e offline em que o estudante frequenta a sala de aula de forma presencial. Apesar desse formato de ensino ser bastante importante para a formação do aluno, principalmente pela autonomia na gestão de sua aprendizagem, no município de Parintins essa modalidade não deu muito certo, pois quando os discentes eram chamados para a escola para as aulas presenciais a maioria não comparecia e a falta de equipamentos e internet poucos participavam das aulas online.

Dessa forma, no município de Parintins-Am, notou-se que devido a realidade específica educacional da região, tanto o ensino remoto quando a modalidade híbrida se mostrou excludentes aos alunos com deficiência, apesar do empenho dos professores e gestão escolar, a falta de políticas públicas que abarcassem projetos de inclusão de tais alunos se mostrou inerte a realidade de seus estudantes.

Aspectos legais e pedagógicos do atendimento educacional especializado – aee: do direito aos deveres?

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), na perspectiva da Educação Inclusiva, está entregue ao ensino regular como proposta da Educação Especial. Com base na Lei nº 9.304/1996 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou surperdotação, na rede regular de ensino.

O Decreto nº 6.571 de 2008, estabelece o duplo compute da matrícula dos estudantes, referente ao público da Educação Especial, uma em classe comum regular de ensino da rede pública e a outra no atendimento educacional especializado (AEE).

Em conformidade com o decreto acima, o Conselho Nacional de Educação (CNE), através da resolução CNE/CEB nº 4/2009, define as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica da seguinte forma:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que corrobora às atribuições no Art. 2 § 2º é descrito da seguinte forma o AEE:

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Figueira (2016), ressaltando que o AEE é uma modalidade de ensino, na perspectiva da educação especial, que organiza os recursos pedagógicos com o intuito que eliminem as barreiras para a participação dos alunos com necessidade, considerando suas especificidades. Dessa forma, o AEE tem como objetivo complementar a formação do aluno, tendo em vista sua autonomia dentro e fora da instituição de ensino.

No que diz respeito às suas atribuições, o atendimento especializado se refere que o aluno tenha o apoio para o seu desenvolvimento, disponibilizados através dos ensinamentos de línguas e códigos específicos de comunicação e sinalização, o uso de tecnologias assistiva, adequação de materiais didáticos e pedagógicos, oportunizando a ampliação e suplementação do currículo

para alunos com altas habilidades/surperdotação. Tendo em vista que o AEE esteja sempre em articulação com a proposta do ensino regular comum, mesmo que suas atividades se diferenciem da proposta da sala de aula comum.

Quanto às atribuições do professor atuante do AEE a Resolução CNE/CEB nº4 Art. 13, de 02 de outubro de 2009, estes estão caracterizados por identificar, elabora, produzir e organizar serviços e recursos pedagógicos de acessibilidade que visem as necessidades específicas dos alunos da Educação Especial. De acordo com Cantarelli (2013), o papel do professor de AEE é oferecer aos seus alunos o que não é proposto pelos currículos da base nacional comum, respeitando assim as especificidades de cada educando. O autor ainda vai além ao destacar que o atendimento educacional especializado jamais deve ser denominado como reforço escolar e nem atendimento clínico, tampouco que venha a substituir o atendimento educacional regular do aluno em sala de aula comum.

Até porque, ao aluno cabe o direito ao acesso do atendimento especializado, através de apresentação de laudo médico constatando alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/surperdotação, seguindo de uma observação da equipe gestora da instituição, do professor do ensino regular comum e do professor da AEE, indicando assim suas dificuldades e potencialidades do aluno para o atendimento em sala multifuncional no contraturno, através do preenchimento da ficha de acompanhamento do aluno na escola.

Desta forma, atendimento em questão se refere a um conjunto de recursos de atividades pedagógicas de acessibilidade que estejam prestando de forma complementa ou em conjunto a formação dos alunos do ensino regular, com o objetivo de identificar, organizar e elaborar recursos pedagógicos de acessibilidade que diminuam ou eliminem as barreiras para a participação ativa do educando, levando em conta sempre as especificidades do indivíduo.

Assim, a inclusão educacional passar a ser um direito do aluno com deficiência e, conseqüentemente, requer uma série de mudanças da concepção na prática de gestão, na sala de aula e formação dos professores. No que se refere às políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da instituição de ensino, este está atrelado à organização das salas de recursos multifuncionais (SRM), para a disponibilização de recursos pedagógicos direcionados ao atendimento especializado aos alunos matriculados na rede de ensino regular, que necessitam do acompanhamento.

Aspectos legais e pedagógicos da Sala de Recursos Multifuncionais – SEM

Por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007 foi implantado o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instaurado pelo MEC/SECADI, que estão incluídos o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

O programa no contexto da PNEE (Política Nacional de Educação Especial) na perspectiva da educação inclusiva tem por objetivo:

Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; assegurar o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes; disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar (BRASIL, 2011).

Para se alcançar tais objetivos, o MEC/SECADI salienta a importância de realizar algumas ações como: aquisição de recursos que compõem as salas, informações sobre os critérios adotados para as disponibilizações das salas, o monitoramento e instalações da entrega dos itens as escolas, orientação do sistema de ensino para assim organizar a oferta do AEE, o cadastro das escolas com as SRM, promoção da formação continuada de professores para atuação no atendimento especializado, atualização das salas de recursos multifuncionais pelo próprio programa e apoio financeiro através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Escola Acessível, para mudanças arquitetônicas na instituição de ensino, tendo sempre em vista acessibilidade do aluno as novas salas implantadas.

No que se refere as salas de recursos multifuncionais, segundo o MEC/SECADI, devem manter-se efetivamente em funcionamento, ofertando o atendimento educacional especializado aos estudantes matriculados em salas de aulas do ensino regular, na referida instituição e que sejam público-alvo da educação especial. Tendo em vista que, é necessário que a escola que se encontra imersa a diversidade dos educandos passe por alterações do currículo, com o intuito de construção práticas facilitadoras de modo que todos tenham as condições iguais de desenvolvimento intelectual.

Sendo assim, a educação inclusiva provoca uma mudança no que refere ao modelo de ensino “tradicional” regular. Abrangendo, assim, orientações que se fazem necessárias para adaptação da realidade do aluno com deficiência, além de adoção de estratégias metodológicas de ensino diferenciadas, da formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado e tendo recursos e materiais pedagógicos que estejam com adequação para uma educação inclusiva de fato e de direito.

Compreender a importância do espaço da SRM está relacionado ao atendimento especializado de diversas deficiências, podendo ser flexível, devido abrangência de um currículo muito grande, com o intuito de promover o acesso através de diferentes recursos que são utilizados de acordo com as necessidades de cada aluno. Assim, na sala de recursos multifuncionais o ensino deve estar compatível com o ensino que o aluno tem na sala de aula regular, pois as mediações adotadas pelo professor do AEE devem estar articuladas para ajudar o desenvolvimento do aluno com deficiência.

De acordo com Diniz (2022), as SRMs devem disponibilizar não só o acesso para os alunos com deficiência, mas como a sua permanência. Desta maneira, o autor ressalta a importância das escolas, através de seus PPP (Projeto Político Pedagógico), para que sejam elaborados para atender as especificidades de seus alunos e assim se torne uma escola aberta, plural e democrática, onde vise a equidade entre seus alunos.

Segundo Jesus, Vieira e Gonçalves (2014), a articulação de ações entre os professores da sala de recursos e do ensino regular cria uma melhor forma de mediar o aluno no processo de ensino e aprendizagem. Uma vez que:

...o desenvolvimento de ações colaborativas entre professores da sala de aula comum e a de Recursos Multifuncionais pode desencadear ricas oportunidades de mediação pedagógica e construção de experiências docentes sobre como garantir aprendizagem no contexto da diferença humana. (JESUS; VIEIRA; GONÇALVES, 2014, p. 103.)

Para os autores, muitas das vezes a sala de recursos multifuncionais é vista como uma sala de recreação, onde o aluno adentra apenas para amenizar possíveis atitudes comportamentais, reduzindo-as apenas a espaços de brincadeiras, jogos, materiais concretos, uso de tecnologias e atividades de alfabetização sem alguma proposta sistematizada com o ensino da sala de aula regular do aluno.

Assim, tanto a Educação Regular e a Educação Especial estão passando por mudanças ao longo dos anos, nelas se faz necessário a revisão das ações e suas representatividades, suas finalidades e resultados. Dessa forma, é necessário um olhar diferenciado a formação continuada do professor podendo dessa maneira favorecer as reflexões necessárias sobre a prática pedagógica.

Centro Educacional Infantil: o C.E.I parintinense resiliente

A partir das Leis e estudos bibliográficos levantados ao que diz respeito ao AEE e a SRM darei início a discussão e análise de minha pesquisa realizada em um Centro Educacional

Infantil (o qual será mencionado nesta pesquisa como C.E.I) na periferia do município de Parintins-AM.

O referido centro educacional foi fundado no dia 01 de setembro de 2001, com sede no Município de Parintins, bairro Paulo Correa, cep. 69.152-063, zona Sul da cidade, área de periferia. A historicidade do bairro é marcada pela invasão da área de terras pertencentes ao senhor Paulo Correa no ano de 1995, daí o nome do bairro, como forma de homenagem. Tal como este Centro Infantil, também recebeu o nome, pelo fato de que, na época um senhor que era funcionário público da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – SEFAZ em Parintins, ajudou tanto na construção, quanto na doação materiais permanentes.

O C.E.I possui as seguintes dependências físicas: 17 salas de aula, 01 Ludoteca, 01 Laboratório de Informática, 01 Departamento de Manutenção e Limpeza – DML, 01 cozinha, 01 área de serviços, 01 depósito para merenda, 02 banheiros para funcionários, 02 banheiros para as crianças (masculino e feminino), 01 banheiro adaptado para deficientes, 01 secretaria, 01 diretoria, 01 sala de arquivos e APMC, 01 sala da coordenação pedagógica, 01 parquinho, 01 salão de reuniões e eventos, 01 sala de Atendimento de Estimulação – AEE, 01 pátio e 02 pequenos estacionamentos para bicicletas e motos.

No ano de 2020, assim como as demais redes de ensino do município, o C.E.I em concordância com os protocolos de segurança e acatando o Decreto nº 014/2020 (Parintins, 2020) paralisou as aulas. O que acarretou medidas urgentes para mediar o isolamento social e o processo educacional da instituição. Dá-se início ao ensino remoto como modalidade de ensino que estariam em acordo com a resolução 20/2020 (Amazonas, 2020).

Os sujeitos da pesquisa totalizam 31 pessoas, bem como a seleção dos mesmos seguiu alguns critérios: professor da SRM que atuou na referida instituição no período pandêmico e os alunos matriculados na instituição para o AEE na SRM no ano de 2020.

Reiteramos ainda que o ensino remoto trabalha com as possibilidades dentro das suas restrições. Especificamente no caso do AEE, nota-se que o trabalho do professor é insubstituível no que se refere, principalmente, ao planejamento e às mediações pedagógicas. Por isso, foi necessário pensar em propostas que as famílias conseguissem realizar essa mediação dentro das suas especificidades e particularidades amazônica, mantendo o vínculo do aluno com deficiência com o mundo escolar neste momento de pandemia e isolamento.

Já no que concerne à visão dos professores da SRM nesse processo, é possível destacar que o trabalho remoto em meio a uma pandemia e diante de um cenário não favorável ao acesso

à tecnologia e a formação docente, poderia desencadear parcerias com as famílias, mas que, infelizmente, por problemas pessoais dos responsáveis, não houve 100% essa parceria.

Observa-se que houve esforço por parte da Secretaria Municipal de Educação na gerência de Educação Inclusiva para garantir os Atendimentos Educacional Especializado (AEE) como previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) e enfatizado no primeiro parecer do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2020). Acerca disso, Brasil afirma que:

As atividades pedagógicas não presenciais aplicam-se aos alunos de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Portanto, é extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais os que apresentam altas habilidades/superdotação, deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), atendidos pela modalidade de Educação Especial. As atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, adotarão medidas de acessibilidade igualmente garantidas, enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica e superior onde estejam matriculados. (2020, p. 14-15)

Pensando na possibilidade de estar cada vez mais próximo das crianças com deficiência, mesmo que remotamente, foi proposto no segundo semestre deste 2020 em Parintins que as professoras do AEE passassem a acompanhar os alunos quinzenalmente por meio de chamadas de vídeo em atendimento síncrono, além das atividades planejadas para garantir o atendimento no formato assíncrono.

Algumas professoras, no início da proposta, relataram que sentiam falta do contato com as crianças, das interações e relações e após os atendimentos síncronos passaram a relatar que havia uma proximidade maior e que já era possível acompanhar os avanços das crianças que tinham o acesso a esses momentos.

Com o intuito de minimizar a problemática que a pandemia do Covid-19 trouxe para o AEE o empenho pelas professoras dá SRM foram grandes, em meio a esse processo de adaptar o ensino remoto as crianças com deficiência, muito foram os esforços na elaboração de atividades que atendesse as especificidades de cada aluno. A cada 15 dias as professoras se deslocavam as residências de seus alunos e levam os matérias pedagógicos para a realização das atividades com os alunos e pais/responsáveis ao mesmo tempo.

Não há como negar que este momento foi cansativo e exaustivo, conciliar o home office com as tarefas de casa e o exercício da maternidade para muitas foi algo desafiador, mas com a busca pela profissionalidade e a ânsia de garantir a qualidade no atendimento das atividades exitosas surgiram a parceria com as famílias e foi se intensificando.

Infelizmente, não foi possível atender a todos os alunos devido à escassez de recursos tecnológicos no Baixo Amazonas, a falta de tempo das famílias e até mesmo a prioridade dada aos atendimentos. Para nós, é posto que o ensino remoto emergencial foi apenas algo que foi substituído por tempo determinado o ensino presencial e sabemos que quando a pandemia estivesse sob controle as escolas reabririam e o direito a todos seria novamente devolvido, garantindo êxito do atendimento.

Durante a pesquisa observou-se que tiveram movimentos por parte da Secretária Municipal de Educação (SEMED/PIN) para garantir a qualidade dos AEE como previstos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008). Como resultado, podemos observar que, nesse contexto de isolamento social, o AEE adquiriu outras nuances que ultrapassam o objetivo principal de eliminação de barreiras, e, na realidade amazônica, isso foi muito além, pois tivemos a certeza de que o trabalho do professor é insubstituível no que refere, principalmente, ao planejamento e as mediações pedagógicas em uma realidade estritamente particularizada que é a educação especial em Parintins no Baixo Amazonas.

Considerações finais

A inclusão de alunos com deficiência leva tempo para se organizar, tanto no ensino regular como no ensino remoto não foi diferente. Em ambos não há nada fácil e simples, pelo contrário, tudo é complexo quando se leva em consideração as necessidades das crianças com deficiência. É preciso considerar a individualidade dos sujeitos e estar comprometido com o processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo e compreendendo a sua luta histórica.

A referente pesquisa nos faz refletir acerca de processos inclusivos que, vão além da Educação Especial e das especificidades das crianças com deficiência. Mas diz respeito a uma totalidade de conjuntos dos sujeitos envolvidos, como sua cultura, língua, identidade e o espaço regional ao qual fazem parte. Dessa forma, a importância de quebrar as barreiras, que se constroem no decorrer do processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência, constituem desafios tanto para os pais, professores, órgãos de educação e para toda a sociedade.

O AEE surgiu como um serviço da Educação Especial no período de contraturno da classe regular do aluno com deficiência na própria escola ou na instituição mais próxima da residência do aluno que precisa desse atendimento especializado em Salas de Recursos Multifuncionais. Para tanto, elaborar e organizar os recursos pedagógicos para o desenvolvimento deste atendimento requer um esforço gigantes dos professores atuantes nesses

espaços, tendo em vista que tais recursos visem a acessibilidade de modo a minimizar as barreiras para a plena participação do aluno.

Diante disso, foi possível analisar que a pandemia Covid-19 evidenciou que o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais ainda necessita de muitos avanços. Tanto no que tange a formação de profissionais quanto aos materiais pedagógicos utilizados nas salas de aulas do Baixo Amazonas, para que possam realmente oferecer o que preconiza a nossa Constituição Art. 205 e 206, em que o aluno possa ter acesso, permanência e qualidade em seu processo de educação.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, 1 de junho de 2020. Seção 1, p. 32. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias. Acesso em 15 out. 2022.

_____, Congresso Nacional. **Medida Provisória Nº 934/2020. Normas excepcionais sobre a duração do ano letivo 2020, 2020b**. Disponível em www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349. Acesso em 15 out. 2022.

_____, Ministério da Educação. **Portaria N.º 343. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, 2020a**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=88631> Acesso em 28 out. 2022.

_____, Ministério da Educação. **Manual do Programa Escola Acessível, 2011**. Disponível em: www.mec.gov.br/secadi visto em: 22 out. 2022.

_____, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. MEC, UNDIME/CONSED, Brasil, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> visto em 22 out. de 2022.

_____, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em 28 out. 2021.

_____, Abraham Weintraub. **Portaria nº 343 de 17 de março de 2020**. Gabinete do Ministro. Ministério da Educação Brasília, MEC: DF, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm Acesso em: 28 nov. de 2022.

_____. **BNCC. A Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação (MEC), 2017.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf> Acesso em: 22 out. 2022.

_____. **Portaria nº 343 de 17 de março de 2020.** Ministério da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 28 out. 2022

_____, Ministério da Saúde. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019.** Coronavírus Brasil: DATASUS, SVS, 2020. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva.** 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** ed. 5. São Paulo: Cortez, 2011.

DINIZ [PEREIRA], D; LOPES, G. M. L. *et al.* **Formação continuada na Educação Inclusiva em uma escola no município de Parintins.** Campina Grande: Realize Editora, 2015. v. 1, ed. 4. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DINIZ, D. P. **Formação docente para o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais na terra das crianças caboclas encantadas do Baixo Amazonas.** 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

DINIZ [PEREIRA], D.; SOUZA, G. H. R. G. **Os desafios da educação inclusiva dos alunos com surdez em uma escola de Parintins-AM.** In: FIPED, 6. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/6499>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FERREIRA, R. **A internet como ambiente da educação à distância na formação continuada de professores.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa Integrado de Pós-Graduação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

FREIRE, P. **Educação e Mudança.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** ed. 4. São Paulo: Editora, Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** ed. 4. São Paulo: Editora, Atlas, 2009.

HORN, M. B. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação.** Porto Alegre: Penso, 2015

JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B.; GONÇALVEZ, A. F. S. Observatório Nacional de Educação Especial no Estado do Espírito Santo: compreendendo o funcionamento das salas de recursos multifuncionais pela via da formação continuada. In: MENDES, E G.; FABIANA CIA (ORG.)

Inclusão escolar e o atendimento educacional. – Marquezine & Manzini, ABPEE; São Carlos, 2014.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Diádica, São Paulo: v. 26/27, p. 154, 1991.

CANTARELLI, C. S. Grupo de suporte aos pais e apoio pedagógico aos professores da rede e alunos com necessidades educacionais na educação inclusiva. *In:* MARQUEZINE, M. C.; TANAKA, E. D. O.; BUSTO, R. M. (Org.). **Atendimento educacional especializado.** – Marquezine & Manzini, ABPEE. Marília, 2013

MENDES, Instituto Rodrigo. **Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da covid-19:**Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. 2020.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer Pesquisa qualitativa.** ed. 4. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PEREIRA, J. A.; NARDUCHI, F.; MIRANDA, M. G. (2020). **Biopolítica e Educação: os impactos da pandemia do covid-19 nas escolas públicas.** Revista Augustus, 25(51), 219-236. doi: 10.15202/1981896.2020v25n51p219.

SARAMAGO, J. **A caverna.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O pequeno príncipe.** 48. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SILVA, E. C. F. **Educação inclusiva:** teoria e prática pedagógica. Transaction. 2016.

SZYMANSKY, H. (org.). Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. *In:* SZYMANSKY, H; ALMEIDA, L. R.; PRANDINI, R. C. **A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva.** Brasília: Liber Livro, 2011.